



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Educação

PROJETO *e-JOVeM*

Termo de Referência

Mauricio Holanda & Mauro Oliveira

Fortaleza – CE
Janeiro de 2008

INDÍCE

1. O que

- 1.1. Apresentação
- 1.2. Justificativa
- 1.3. Objetivos

2. Como

- 2.1. Descrição do projeto
- 2.2. Metas
- 2.3. Metodologia
- 2.4. Organização Curricular
- 2.5. Estrutura do Curso
- 2.6. Modelo Funcional do Projeto

3. Quem

- 3.1. Pólos e turmas
- 3.2. Comitê Gestor
- 3.3. Grupo Gestor Local
- 3.4. Empreendedor Social
- 3.5. Instituição Executora
- 3.6. Responsável Local
- 3.7. Agente Integrador (Supervisor)
- 3.8. Agente Jovem (Monitor bolsista)
- 3.9. Aluno

4. Quando

4.1. Protótipo do Projeto

4.2. Projeto Piloto

5. Onde

5.1. Coordenação Geral

5.2. Pólos de Execução

6. Etapas para a Implantação do Projeto

7. Anexos

1. O que

1.1. Apresentação

O **e-Jovem** é um projeto cuja proposta é oferecer formação complementar especial para jovens egressos e concluintes do Ensino Médio regular das escolas públicas estaduais, com o objetivo principal de ampliar as oportunidades de inserção destes no mercado de trabalho.

Trata-se de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação – SEDUC em parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE. Sua operacionalidade, porém, se dá integrada a outras Secretarias, em especial a STDS – Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social.

A proposta de formação complementar é desenvolvida através de Educação a Distância – EAD¹, com metodologia semipresencial, mediada por monitor universitário. O conteúdo é fundamentado em quatro disciplinas:

- Lógica² da Língua Portuguesa
- Lógica da Matemática
- Inglês Instrumental
- Informática Básica.

A perspectiva de abordagem inclui a organização do trabalho coletivo, a associação e a cooperação produtiva, enfatizando o protagonismo juvenil como forma de resgatar e gerar oportunidades para a melhoria do desempenho intelectual dos jovens, dos indicadores educacionais, da qualificação profissional e, em consequência, propiciando maior inserção da juventude do Ceará no mercado de trabalho.

1.2. Justificativa

A realidade brasileira revela grandes desigualdades sociais, principalmente quanto à garantia dos direitos de acesso e permanência na escola

¹ Ver Anexo I.

e preparação do jovem para o trabalho. A falta de investimento na juventude, principalmente no que se refere à educação, acarreta um grande prejuízo para o País. Segundo relatório do Banco Mundial³, o Brasil deixará de ganhar R\$ 300 bilhões nos próximos 40 anos, valor correspondente ao que a juventude poderia produzir no país se não deixasse de estudar e de ingressar no mercado de trabalho. Tal realidade expõe a juventude a uma situação de risco constante, afetando drasticamente a economia e a sustentabilidade do país.

De acordo com relatório⁴ do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), de 1995 a 2005 a população jovem do Ceará passou de 1.274.965 para 1.637.986 pessoas e sua participação na população do estado cresceu de 18,93% para 20,21%, um adicional de 363.021 jovens (vide quadro adiante). Isso equivale a um crescimento de 36.302 jovens/ano, na referida década. Em 1995 eles representavam 48,56% dos desempregados cearenses, e até 2005 chegaram a 52,16%. O IBGE estimou que, em 2005, havia 320.585 desempregados no estado, sendo que, destes, 167.222 eram jovens, restando 147.349 adultos (de 25 anos para cima).

População total e população jovem no Estado do Ceará – 1995/2005

Ano	População Total	População Jovem	Parcela dos Jovens
1995	6.734.026	1.274.965	18,93%
2005	8.106.653	1.637.986	20,21%

Fonte: PNAD/1995 e 2005.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho – OIT⁵, a taxa de atividade juvenil mundial mostra-se em declínio: de 58,9%, em 1995, para 54,7% em 2005. Conclui-se que, se em 1995, para cada 100 jovens, havia 59 inseridos no mercado de trabalho (trabalhando e/ou buscando trabalho), em 2005 esse número caiu para 55. Tal fato pode ser interpretado como uma menor

² Ver Anexo II.

³ Segundo o Relatório “Jovens em Situação de Risco no Brasil”, divulgado em Brasília em 25/06/2007, pelo Banco Mundial, o PIB do País deixa de crescer meio ponto porcentual por ano porque um grande contingente de jovens não consegue terminar a escola. Essa porcentagem significa que, em uma geração (40 anos, neste caso), o Brasil deixa de ganhar R\$ 300 bilhões, o equivalente a 16% do PIB. Fonte:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/25/materia.2007-06-25.0093110495/view>

⁴ Relatório “Desemprego Juvenil no Ceará”, 1995-2005 (IDT), que trata da evolução do desemprego juvenil no Estado do Ceará, no período de 1995 a 2005, a partir de informações da PNAD (IBGE) – Fonte:

<http://www.idt.org.br/artigos.asp?id=72>

⁵ Op. cit., Relatório “Desemprego Juvenil no Ceará”, 1995-2005, IDT, p.4.

pressão da força de trabalho jovem sobre o mercado laboral. Por outro lado, no Ceará vem ocorrendo situação bastante similar: entre 1995 e 2005 a taxa de atividade juvenil estadual passou de 65,69% para 62,36%, demonstrando que, se em 1995, para cada 100 jovens cearenses havia 66 trabalhando e/ou buscando trabalho, esse número caiu para 62, em 2005. Percebe-se, então, que a pressão dos jovens sobre o mercado de trabalho estadual chega a ser maior que a média mundial – respectivamente na proporção 11,54% e 14,08%.

As causas para o aumento do desemprego entre jovens de 15 a 24 anos, que, embora seja um fenômeno mundial, atinge índices maiores no Ceará, pode dever-se a causas diversas. Talvez, a mais considerada seja o descompasso entre a oferta e a demanda de mão-de-obra juvenil, isto é, entre o ritmo da oferta de vagas para essa idade e a velocidade do crescimento da população jovem. Evidentemente, essa situação contribui para manter em patamares elevados o desemprego jovem no Ceará⁶.

Há de se considerar, porém, outros aspectos, dentre eles um que tem se destacado no cenário cearense: a falta de qualificação do jovem para atender parte da demanda por mão-de-obra.

"(...) No Estado do Ceará, os jovens de 15 a 24 anos de idade são mais penalizados pelo desemprego e se deparam com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho por motivos diversos: falta de experiência de trabalho anterior, qualificação inadequada ou inexistente, baixa escolaridade, falta de informação para o mercado de trabalho, e falta de experiência na busca por trabalho".⁷

Torna-se uma questão relevante o fato de que a carência de qualificação não se dá apenas quanto à formação técnico-profissional, mas também por deficiências na própria educação básica, que se mostram um problema nacional; além, é claro, da inexperiência, desinformação e outras dificuldades.

É de se esperar, portanto, que mesmo jovens dotados de qualificação técnica, porém com lacunas em sua formação básica, apresentem limitações importantes para se inserir ou se manter num mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

⁶ Idem, p. 6.

⁷ Idem, p. 4.

Um exemplo prático diz respeito ao mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). No Ceará essa área já dispunha de vagas ociosas, pelo fato de não haver gente suficientemente qualificada. E, com o possível advento do mercado de Outsourcing Offshore, que se concentra na exportação de software, chega-se a considerar que, caso não se consiga qualificar profissionais para atendimento a essa demanda, será necessário buscar gente capacitada em outros estados, sob risco de se perder as oportunidades que se apresentam⁸.

De acordo com o levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB em 2005⁹, os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio apresentaram o pior desempenho desde 1995, nas disciplinas Matemática e Língua Portuguesa. Observa-se que, em nível nacional, os índices de 284,01 para Português e 272,14 para Matemática sofreram considerável queda, conforme medição a cada dois anos, de modo que, em 2005, reduziram-se a 248,67 e 260,01, respectivamente, sendo esses índices os piores das duas disciplinas no período avaliado 1995-2005, sobretudo porque o desejável seria o nível sete (350 – 375) em Português e nível oito (375 – 400) em Matemática, na escala de 0 – 500 pontos do SAEB. O resultado desses dois ciclos avaliativos do ensino brasileiro, divulgado pelo Ministério da Educação¹⁰, apresenta um decréscimo acentuado no desempenho dos alunos do Ensino Médio, revelando as dificuldades na melhoria e até mesmo na manutenção da qualidade da educação no Brasil nos últimos 10 anos.

No estado do Ceará a realidade da média de desempenho nas disciplinas de Português e Matemática também não é animadora, tendo variado de 257,77 para 248,26 na disciplina de Português e 256,31 para 253,79 na disciplina de Matemática.

Os resultados do SAEB são confirmados pelos do PISA 2006¹¹, que classificou o Brasil como um dos países com pior nível de Leitura, Matemática e Ciências, para estudantes de 15 anos, segundo uma lista de 57 países organizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

⁸ ⁸ “Sobram empregos em Tecnologia no Ceará”, Instituto Titan, 23/07/2007, em <http://conteudo.secrel.com.br/content/aplicacao/titan/includes/html/index.asp>.

⁹ Ver gráficos no Anexo III.

¹⁰ Ver em <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/default.asp>.

¹¹ PISA – Programa Internacional para Avaliação de Alunos, aplicado pelo INEP em convênio com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), por meio do seu Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE).

(OCDE)¹². O Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría, declarou: "a lista é muito mais do que um ranking. Ela mostra o quão bem os sistemas de educação individuais estão equipando os jovens para o mundo de amanhã. Antes de mais nada, mostra aos países seus pontos fracos e fortes."¹³

Em Ciências, nosso país ficou na 52ª posição, à frente apenas da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. Em Matemática os alunos brasileiros obtiveram em 2006 médias que os colocam na 53ª posição entre 57 países, e na 48ª em Leitura, entre 56.

Além de situada entre os piores nas três provas nessa lista de países, a maioria dos estudantes brasileiros atinge, no máximo, o menor nível de aprendizado nas disciplinas. O pior resultado é em Matemática, uma vez que 73% dos brasileiros estão situados no nível um ou abaixo disso, significando, por exemplo, que só conseguem responder questões com contextos familiares e perguntas definidas de forma muito clara¹⁴. Já em Leitura, 56% dos jovens estão apenas no nível um ou abaixo dele, indicando que são capazes apenas de localizar informações explícitas no texto e fazer conexões simples¹⁵.

Entende-se, portanto, que o baixo desempenho educacional, constatado em disciplinas básicas (Português e Matemática), compromete o pleno desenvolvimento cognitivo e a capacidade de pensar, de articular idéias, de pesquisar e de solucionar problemas; conseqüentemente, afeta negativamente a inserção no mercado de trabalho. Esta realidade desafia o Governo a empreender esforços e recursos no intuito de corrigir tal situação.

Visando desenvolver estratégias de intervenção neste quadro, a SEDUC, em parceria com a SECITECE, desenvolveu o **Projeto e-Jovem**, na forma de estudos complementares que supram lacunas de formação na Educação Básica, ao mesmo tempo em que se promove uma qualificação técnico-profissional. Cria-se, pois, novas possibilidades para os jovens estudantes e egressos do Ensino Médio Regular, proporcionando formação cognitiva e profissional e, com isso, maiores chances de inserção no mercado.

O Projeto oferece cursos em diversas áreas, conforme demanda regional, objetivando construir uma base mais sólida de formação, fortalecendo as

¹² “Brasil está entre piores em lista de educação da OCDE”, 29/11/2007, em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u349718.shtml>.

¹³ Idem fonte anterior.

¹⁴ “Brasil é reprovado, de novo, em matemática e leitura”, 05/12/2007, em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u351481.shtml>.

¹⁵ Idem fonte anterior.

disciplinas Língua Portuguesa e Matemática, aliada a conhecimentos de Informática e Inglês. Além do impacto positivo quanto à empregabilidade dos jovens, a iniciativa amplia, também, as chances de sucesso na disputa por uma vaga no Ensino Superior.

Outra oportunidade para o jovem seria montar o seu próprio negócio através de cooperativas e/ou através do micro-crédito, o que resulta na melhoria da qualidade de vida do jovem e da sua comunidade, evitando seu deslocamento para outras regiões e investindo no seu entorno social, proporcionando crescimento local.

A intenção é assegurar o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96: "... a educação visa o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho..."¹⁶. A própria LDB esclarece que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva¹⁷.

Portanto, o complemento do Ensino Médio, oferecido de forma concomitante ou subsequente, deve ser planejado em consonância com as características sociais e culturais do alunado desta última etapa da Educação Básica, a saber: adolescentes, jovens e adultos, num processo educativo centrado no sujeito, devendo abranger, conseqüentemente, as diversas dimensões, possibilitando o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando.

Entende-se que pelas suas características o **e-Jovem** se insere nos objetivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, criado pela Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2006, quais sejam: "*promover transformações estruturais que possibilitem o combate à pobreza; reduzir sistematicamente a pobreza em áreas selecionadas do Estado do Ceará; assistir as populações vulneráveis que se situam abaixo da linha de pobreza, potencializando programas e projetos, favorecendo o acesso a bens e serviços sociais para a melhoria das condições de vida e garantir sobrevivência digna, investindo no capital humano, social e físico-financeiro*".

O Projeto **e-Jovem** faz parte das diretrizes propostas pelo Governo do Estado para o Ensino Médio quando se propõe a:

¹⁶ LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 2º, 1996, em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

- Ampliar e fortalecer o protagonismo juvenil, através de projetos que estimulem monitorias e articulações com programas de voluntariado e primeiro emprego;
- Articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho.

Como política pública se constitui também como uma estratégia de permanência da juventude no ambiente escolar, facilitando, para o jovem, a transição entre a escola e o trabalho e assegurando os direitos de acesso à educação e ao mercado de trabalho, em especial para os jovens de classes menos favorecidas e em situação de risco.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

Articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho através da capacitação de jovens em tecnologias da informação e comunicação, empreendedorismo e cooperativismo, ampliando as chances de inserção no mercado e geração de emprego e renda nas áreas mais pobres do Estado do Ceará.

1.3.2. Específicos

- ✓ Colaborar com o desenvolvimento sustentável dos Municípios que apresentam menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM;
- ✓ Ofertar cursos para os jovens dos municípios com menor IDM;
- ✓ Oferecer, para os estudantes de universidades públicas e particulares, estágios de monitoria nas turmas do Projeto **e-Jovem**;
- ✓ Instalar centros produtores de software nas comunidades atendidas, distribuídos nos municípios, em articulação com empresas cearenses de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;
- ✓ Organizar cooperativas nas comunidades atendidas pelo projeto;

¹⁷ LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Art. 39º, 1996, em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

- ✓ Oferecer uma formação para o trabalho e o empreendedorismo;
- ✓ Desenvolver projetos de inserção social nas comunidades das escolas inseridas no **e-Jovem**, criando uma cultura de responsabilidade social através do envolvimento dos jovens com os problemas das suas comunidades.

2. COMO

2.1. Descrição do projeto

A Fase Piloto do projeto abrangerá 14 escolas em Fortaleza e 20 no interior do Estado¹⁸, selecionadas a partir de critérios como adesão¹⁹ e condições de infra-estrutura²⁰ necessárias à implantação do projeto. O funcionamento acontecerá nos três turnos, sendo uma turma por turno, de maneira que as 34 escolas constituirão 102 turmas de 20 alunos cada, totalizando 2040 alunos. Cada turno terá o número de alunos correspondente ao dobro do número de computadores existente no laboratório reservado ao projeto **e-Jovem**. Os integrantes também serão previamente selecionados através de edital, com critérios que atendam à concretização dos objetivos. A estimativa é chegar a 1000 turmas, em etapas subseqüentes à Fase Piloto.

Os jovens terão que elaborar e executar projetos sociais²¹, e estimulados a agregar seus projetos às várias áreas do conhecimento, na perspectiva de formar capital humano, potencializando os arranjos produtivos locais e possibilitando a sua inclusão no mercado de trabalho de forma proativa, contribuindo com o desenvolvimento sustentável do Estado.

Na busca de motivar a juventude a dar continuidade ao seu processo de formação, elevando o seu desenvolvimento cultural, o Projeto tem o jovem como o seu principal protagonista nas mais variadas instâncias.

O **e-Jovem** disporá de um portal construído e acompanhado por uma comissão de ética, com espaço para debate, leitura e compartilhamento de informações. Funcionará como um ambiente virtual de aprendizagem, onde os

¹⁸ Ver Relação das Escolas participantes da Fase Piloto do e-Jovem no Anexo IV.

¹⁹ Um critério básico para adesão é a aceitação do projeto pelo diretor da escola, que deverá solicitar sua participação mediante requerimento formal.

²⁰ Ver requisitos de infra-estrutura para os pólos especificados no Anexo V.

²¹ Ver descrição dos Projetos Sociais no Anexo VI.

participantes terão acesso a módulos de aprendizagem a distância (EaD), intercomunicação, oferta de oportunidades e comunidades de interesses.

Com foco no protagonismo juvenil, o Projeto utilizará uma estratégia de resgate da auto-estima e da confiança através de atividades de formação e capacitação. Os módulos constarão de:

- **Linguagens Básicas** (Lógica da Língua Portuguesa, Lógica da Matemática, Inglês Instrumental e Informática Básica);
- **Linguagens Específicas** (Desenvolvimento de Software);
- **Prática Social** (Projeto Social individual ou em grupo);
- **Inserção no Mercado de Trabalho** (encaminhamento para estágio e primeiro emprego).

Os monitores dos módulos serão universitários que proporcionarão troca de experiências e habilidades em um ambiente de parceria e criatividade próprio da juventude.

2.2. Metas

- ✓ Desenvolver projetos de responsabilidade social nas comunidades das 34 escolas participantes da Fase Piloto do Projeto.
- ✓ Implantar o projeto em 34 escolas, sendo 14 em Fortaleza e 20 no interior do Estado;
- ✓ Atender 100% dos jovens participantes do Projeto na perspectiva de sua realização pessoal e profissional;
- ✓ Garantir estágio a 10% dos alunos participantes do Projeto.

2.3. Metodologia

A concepção pedagógica norteadora do Projeto **e-Jovem** baseia-se em Educação a Distância (EAD) com metodologia semipresencial, pressupondo que a aprendizagem aconteça de forma autônoma, significativa e efetiva, diversificando as formas de acesso, produção e apresentação da informação. O conteúdo deverá ser trabalhado de maneira criativa, envolvendo jogos em situações de desafio, proporcionando ao educando oportunidades de desenvolver seu raciocínio lógico.

Neste modelo de EAD o aluno utilizará o material didático em ambiente on-line, em parceria com o monitor e interagindo com a comunidade **e-Jovem** virtual. O acompanhamento do desempenho do aluno será através de ambiente desenvolvido em uma plataforma de aprendizagem²².

A educação promovida pelo Projeto é voltada para uma formação em que o aluno “aprende a aprender”, levando-o a desenvolver autonomia e comprometendo-se com a formação acadêmica, a capacidade de pesquisa e a produção do conhecimento.

2.4. Organização Curricular

A organização curricular é de responsabilidade da Célula de Ensino Médio e da Equipe de Educação a Distância da Secretaria da Educação (Seduc), juntamente com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece), bem como Universidades parceiras, e atende as orientações curriculares nacionais e estaduais.

O programa de ensino começa com uma introdução e ambientação à metodologia EAD. Estrutura-se de forma modular:

Módulo 1: Linguagens Básicas. Consta de formação nas áreas de Matemática (Raciocínio Lógico²³ de Matemática), Português (Lógica²⁴ da Língua Portuguesa), Inglês Instrumental e Informática Básica, com conteúdos transversais que valorizem a lógica²⁵, preparando para o módulo seguinte.

OBS: O Módulo 3, que enfatiza o Projeto Social, acontece de forma simultânea aos Módulos 1 e 2. Assim, o Projeto Social deve ser iniciado já no Módulo 1 e apresentado ao final do mesmo, ainda que de forma artesanal.

Módulo 2: Linguagens Específicas. São disciplinas técnicas profissionalizantes em áreas específicas de conhecimento, sendo estruturado conforme análise das vocações regionais.

²² A plataforma de aprendizagem será produzida por profissionais qualificados cuja contratação dar-se-á por edital específico para esse fim.

²³ Ver Anexo II.

²⁴ Idem anterior.

²⁵ Idem anterior.

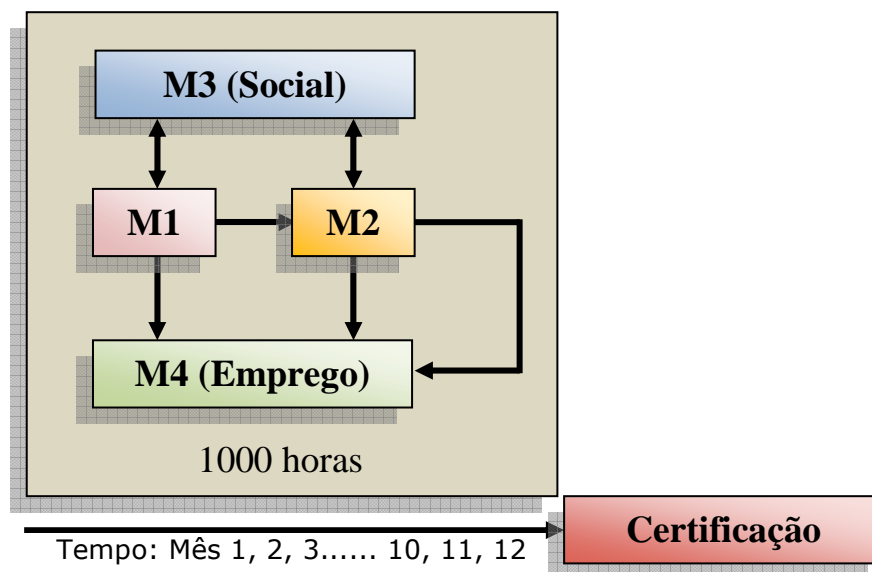
OBS: Durante o Módulo 2 é obrigatório que o Projeto Social proposto durante o Módulo 1 seja realizado na íntegra e seus resultados demonstrados e avaliados.

Módulo 3: Prática Social. Compreende o Programa de Empreendedorismo Social, focado em fomentar Projetos Sociais (agente jovem de combate à pobreza), condição necessária à conclusão do curso, sendo elaborado no decorrer do curso. A certificação dos Módulos 1 e 2 será vinculada à conclusão do Projeto Social e à avaliação de desempenho do aluno.

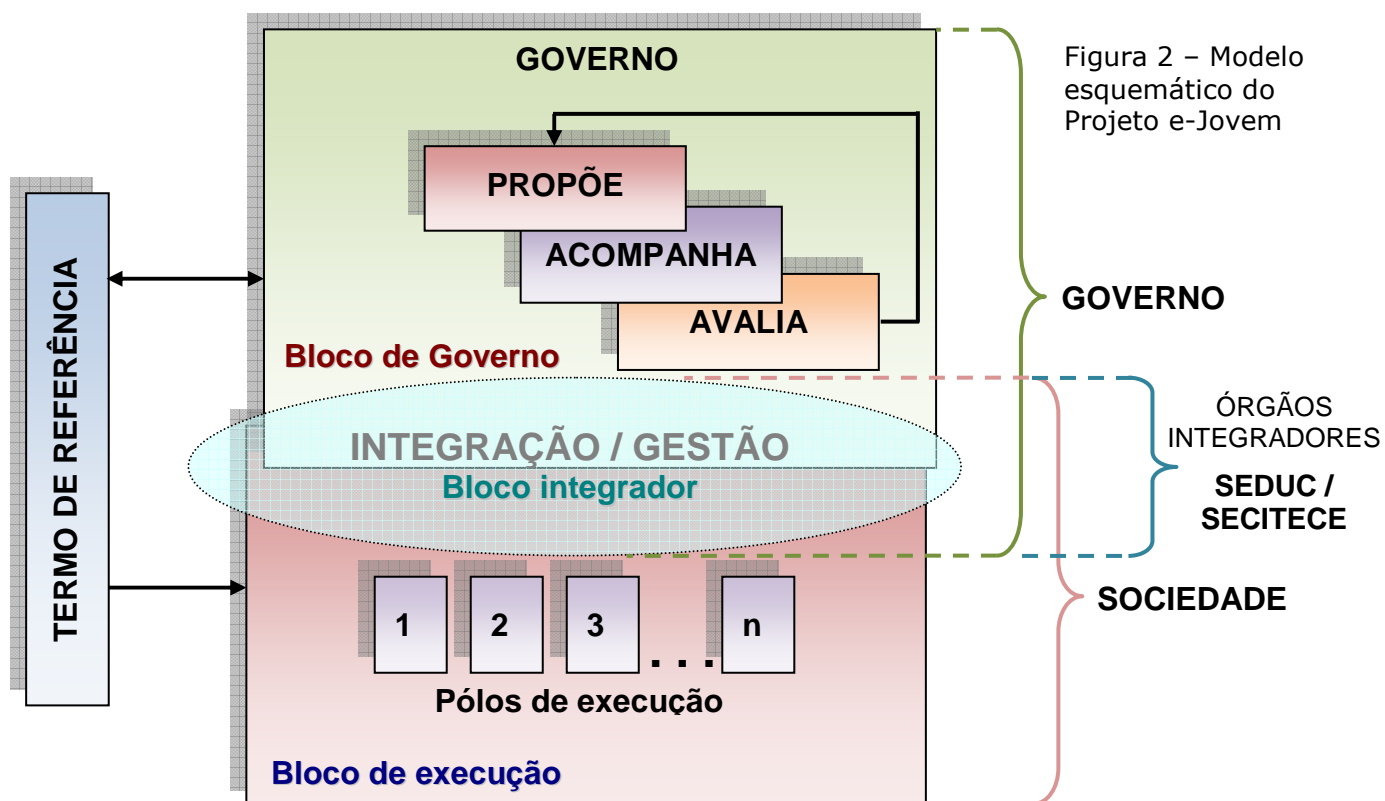
Módulo 4: Inserção no mercado de trabalho. Corresponde ao Programa de Empreendedorismo Econômico, que inclui iniciativas de Microcrédito e Cooperativismo. Proporciona ao aluno a possibilidade de formação de cooperativas e microempresas, assim como estágios.

2.5. Estrutura do Curso

Figura 1 – Modelo esquemático da estrutura proposta para o curso



2.6. Modelo Funcional do Projeto



O modelo funcional do **e-Jovem** abrange pelo menos três blocos de atuação:

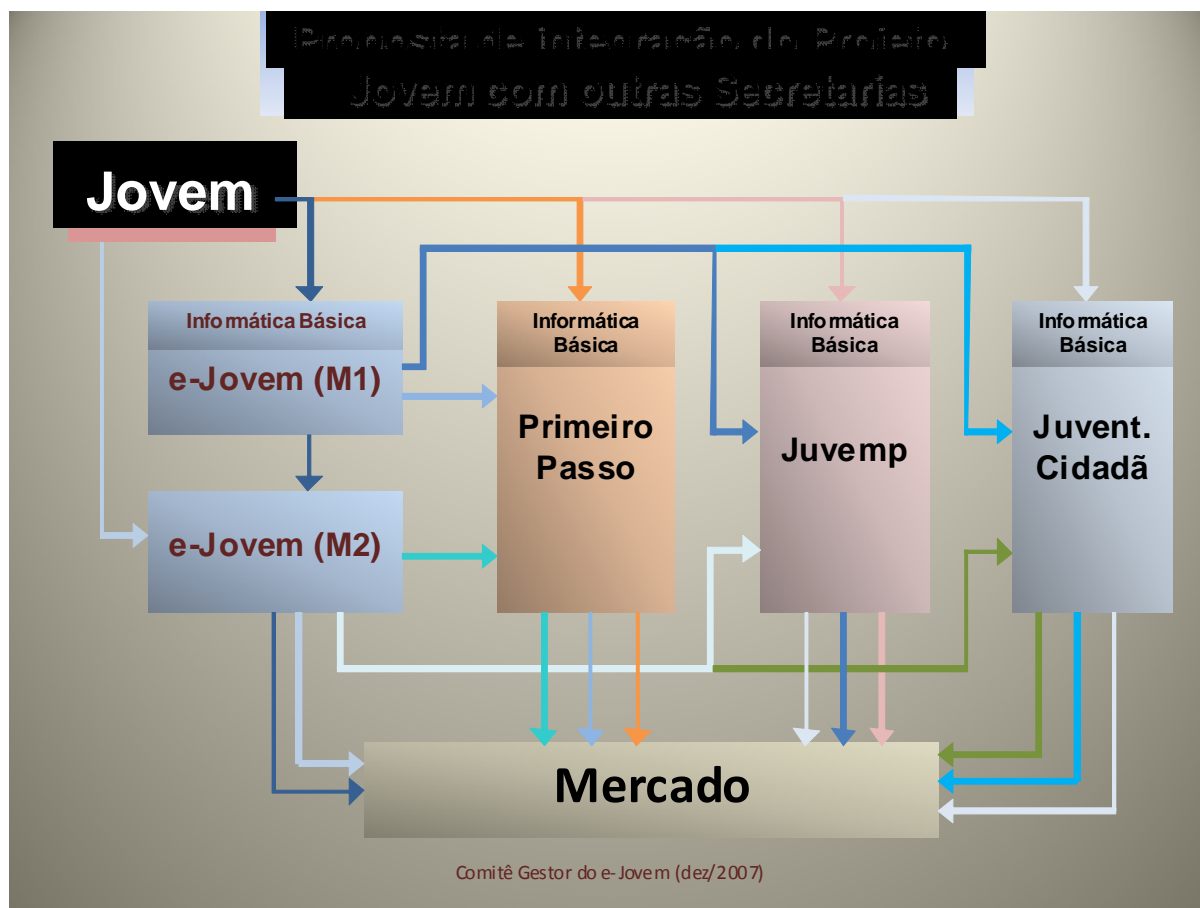
Bloco de Governo: Agentes de governo que propõem, acompanham e avaliam a execução do programa.

Bloco integrador: Agentes de governo, com apoio de outros agentes da sociedade, que respondam pela gestão técnica (SECITECE) e pedagógica (SEDUC) do programa.

Bloco de execução: Agentes da Sociedade (instituições sociais sem fins lucrativos – ONGs, escolas de Ensino Médio públicas e privadas, Universidades públicas e privadas, empresas, prefeituras por meio de suas secretarias, entre outros) que respondam pela execução do Projeto.

2.7. Proposta de integração do e-Jovem com outras Secretarias

Encontra-se em discussão a possibilidade de integração do Projeto **e-Jovem** com outras Secretarias do Governo do Estado do Ceará, que abrigam projetos voltados para inclusão do jovem no mundo do trabalho e do empreendedorismo, a exemplo da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, e seus projetos “Primeiro Passo”²⁶, “Juventude Empreendedora”²⁷ e “Juventude Cidadã”²⁸. Um modelo de integração está proposto no quadro a seguir.



²⁶ Projeto “Primeiro passo” – ver em:

http://www.sas.ce.gov.br/stds/detalheacao.asp?PPJ_ISN=85&LIN_NOM=ProtecaoSocialBasica

²⁷ Projeto “Juventude Empreendedora” – ver em:

http://www.sfiac.org.br/portaly2/sites/fiac-online/home.php?st=listinfo&conteudo_id=4611 e

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=347314>

²⁸ Projeto “Juventude Cidadã” – ver em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=494249> e

<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=6763836&canal=36&total=65830&indice=0>

Como se percebe pelo esquema de integração²⁹ exposto, o jovem, nessa abordagem, terá pelo menos onze alternativas de aperfeiçoar sua formação e de se qualificar melhor para o mercado. Por exemplo:

Possibilidade 1: O jovem ingressa no Módulo 1 (M1) do **e-Jovem**, conclui esse Módulo, passa para o M2 e, ao finalizá-lo, direciona-se para o Mercado.

Possibilidade 2: O jovem que já tiver boas noções de Informática Básica e dominar o suficiente de Lógica da Matemática, da Língua Portuguesa e de Inglês Instrumental poderá ingressar direto no M2 do **e-Jovem**, sem passar pelo M1, e, após concluir essa etapa, insere-se direto no Mercado.

Possibilidade 3: O jovem que já tiver boas noções de Informática Básica e dominar o suficiente de Lógica da Matemática, da Língua Portuguesa e de Inglês Instrumental poderá ingressar direto no M2 do **e-Jovem**, sem passar pelo M1. Daí pode passar pelo Projeto Primeiro Passo para, após, ser levado ao Mercado.

Possibilidade 4: O jovem que já tiver boas noções de Informática Básica e dominar o suficiente de Lógica da Matemática, da Língua Portuguesa e de Inglês Instrumental poderá ingressar direto no M2 do **e-Jovem**, sem passar pelo M1. Depois disso, pode ingressar no Projeto Juventude Empreendedora e, feito isso, ser direcionado para o Mercado.

Possibilidade 5: O jovem que já tiver boas noções de Informática Básica e dominar o suficiente de Lógica da Matemática, da Língua Portuguesa e de Inglês Instrumental poderá ingressar direto no M2 do **e-Jovem**, sem passar pelo M1. Então pode optar se inserir no Projeto Juventude Cidadã, indo, depois, para o Mercado.

Possibilidade 6: O jovem pode ingressar no M1 do **e-Jovem**, concluí-lo e, em vez de passar para o M2, vai para o Projeto Primeiro Passo. Deste, pode ir para o Mercado.

Possibilidade 7: O jovem não passa pelos módulos do **e-Jovem**, aderindo diretamente ao Primeiro Passo e, daí, para o Mercado (é exigido que estude Informática Básica).

Possibilidade 8: O jovem pode ingressar no M1 do **e-Jovem**, concluí-lo e, em vez de passar para o M2, vai para o Projeto Juventude Empreendedora, indo, daí, para o Mercado.

Possibilidade 9: O jovem não passa pelos módulos do **e-Jovem**, aderindo diretamente ao Projeto Juventude Empreendedora e, concluindo, é direcionado ao Mercado (é exigido que estude Informática Básica).

Possibilidade 10: O jovem pode ingressar no M1 do **e-Jovem**, concluí-lo e, em vez de passar para o M2, vai para o Projeto Juventude Cidadã, passando, depois, para o Mercado.

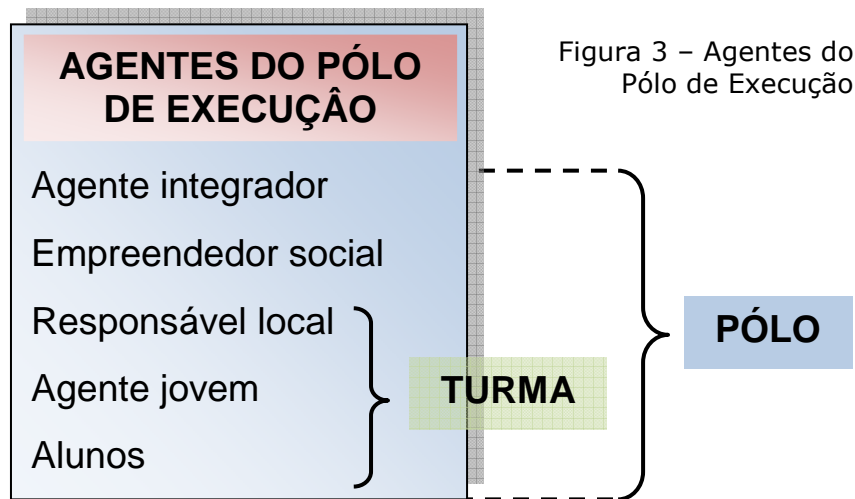
Possibilidade 11: O jovem não passa pelos módulos do **e-Jovem**, entrando direto no Projeto Juventude Cidadã; concluindo-o, é conduzido ao Mercado (é exigido que estude Informática Básica).

3. Quem

O pólo é o conceito maior do **e-Jovem**. Ele corresponde à estrutura física onde serão executadas as atividades do Projeto. Cada pólo poderá conter até três turmas, uma para cada turno (manhã, tarde e noite).

3.1. Pólos e turmas

²⁹ Esse esquema contendo proposta de integração do e-Jovem com outras Secretarias existe na forma de slides animados (arquivo salvo em .PPT), de fácil compreensão, o qual encontra-se nas mãos do Comitê Gestor, para



Poderão participar, como pólos do projeto **e-Jovem**, instituições do Terceiro Setor (ONGs), escolas de Ensino Médio públicas e privadas, Universidades públicas e privadas, empresas, prefeituras por meio de suas Secretarias, entre outros que se enquadrem no perfil requerido.

Para que as instituições interessadas em abrigar um pólo do **e-Jovem** e em se tornarem executoras do Projeto obtenham a concessão ou sejam credenciadas, é preciso que as mesmas atendam alguns requisitos básicos, como: seriedade, competência e credibilidade. Do ponto de vista prático, as instituições deverão dispor, ou ser dotadas pelo governo estadual para tal, de uma infra-estrutura básica. Esta inclui laboratório de informática com número adequado de computadores funcionais, impressoras e, preferencialmente, acesso à internet. Como as instituições executoras também serão responsáveis pela gestão local do programa, é preciso que disponham de pelo menos um profissional disponível para a função de Responsável Local.

3.2. Comitê Gestor

3.2.1. Caracterização

Grupo normatizador do Projeto, constituído de representantes da SEDUC e da SECITECE, a quem compete o acompanhamento da execução, bem como a avaliação dos processos dos pólos, à luz das expectativas contidas no Termo de Referência, permitindo que a proposta seja aperfeiçoada ao longo de sua existência.

3.2.2. Responsabilidades

O Comitê Gestor intercederá junto ao Governo do Estado do Ceará para prover, às instituições habilitadas, as condições necessárias para a execução do Projeto. Dentre as formas de apoio oferecidas pelo governo podem ser citadas: material didático, recursos humanos (monitores bolsistas), equipamentos de informática (computadores, impressoras e projetores), acesso à internet, manutenção das instalações e até estrutura física, quando necessário. Cabe ao Comitê Gestor, ainda: orientar a seleção e o treinamento dos monitores bolsistas; direcionar a avaliação e escolha do material didático aplicado à metodologia EAD, conforme conteúdo definido³⁰ e articulando com o fornecedor de conteúdo todo o treinamento e acompanhamento necessários; mediar quaisquer definições ou mudanças de procedimentos técnicos e pedagógicos; promover reuniões periódicas de avaliação contínua com os diversos atores envolvidos no Projeto; entre outras atribuições.

3.3. Grupo Gestor Local

3.3.1. Caracterização

Este grupo será composto pelos seguintes atores: agente de integração, empreendedor social, responsável local, agente jovem (monitor bolsista), representantes dos alunos.

3.3.2. Responsabilidades

³⁰ Ver Anexo VII.

Compete ao Grupo Gestor Local realizar, de forma colaborativa, o acompanhamento do pólo, promovendo discussões e avaliações que conduzam à melhoria das condições do Projeto.

3.4. Empreendedor Social

3.4.1. Caracterização

O empreendedor social é uma instituição de direito público ou privado, comprovadamente idônea, que se disponha a colaborar, voluntariamente, com um ou mais pólos do Projeto, apoiando e incentivando seus integrantes das mais diversas formas. A razão maior da existência desse agente é permitir que o jovem perceba o envolvimento da sociedade civil no processo, sentindo que o apoio recebido vai além de apenas mais uma iniciativa de Governo.

3.4.2. Responsabilidades

A atuação do empreendedor social é voluntária e colaborativa, concentrando-se em promover iniciativas de apoio e incentivo em um ou mais pólos que se proponha a ajudar. Na prática, constitui-se numa relação de “apadrinhamento” do pólo por parte do empreendedor social, cuja manifestação pode se dar nas formas mais criativas. Outra função que pode ser exercida pelo empreendedor social é a de promover a empregabilidade para os egressos do **e-Jovem**.

Não há obrigatoriedade de envolvimento financeiro com o Projeto por parte do empreendedor social, assim como não se prevê rendimentos a este por quaisquer iniciativas que desenvolva junto a algum pólo. Entretanto, as mesmas poderão ser reconhecidas como “Instituições Socialmente Responsáveis”, com possibilidade de haver um selo conferido pelo Estado às entidades públicas e privadas envolvidas no e-Jovem.

O interessado em participar do **e-Jovem** como empreendedor social deve procurar o Comitê Gestor para candidatar-se e ser avaliado para o necessário aval.

3.5. Instituição Executora

3.5.1. Caracterização

Consiste de instituições de direito público ou privado, sejam escolas, ONGs (OS, OSCIPs, institutos, fundações, associações comunitárias etc.), faculdades, universidades e afins, assim como empresas, todas de reconhecida idoneidade, que disponham de condições de infra-estrutura e de pessoal para abrigar e administrar um pólo do **e-Jovem**.

3.5.2. Responsabilidades

A instituição interessada em ser uma unidade gestora do pólo deverá cadastrar-se para tal, demonstrando atender aos requisitos, que vão desde a manifestação de interesse por parte do diretor da escola (ou o responsável maior pela instituição que se candidata), até a disponibilidade de infra-estrutura física e de pessoal. Em se tratando de escolas públicas e organizações afins, a instituição executora pode vir a ser indicada por órgãos de governo relacionados à área.

Cabe à instituição executora as seguintes atribuições, dentre outras:

- Abrigar as turmas do pólo;
- Disponibilizar laboratório de informática com número adequado de computadores e demais itens de infra-estrutura que permitam o funcionamento do pólo;
- Garantir a manutenção e a funcionalidade dos equipamentos;
- Disponibilizar pessoa qualificada para assumir a função de Responsável Local;
- Manter controle sobre a freqüência dos alunos e a operacionalidade do pólo;
- Assumir a responsabilidade pelo funcionamento geral do pólo;
- Supervisionar as atividades técnicas e pedagógicas, reportando os problemas persistentes para o Agente de Integração;
- Participar de reuniões periódicas com o Grupo Gestor do pólo.

Importa ressaltar que, assim como acontece com os empreendedores sociais, o **e-Jovem** não prevê rendimentos às instituições executoras. No

entanto, conforme dito anteriormente, há possibilidade do Governo criar um selo de "Instituição Socialmente Responsável" e concedê-lo às entidades que tiverem sucesso em seu envolvimento com o Projeto.

3.6. Responsável local

3.6.1. Caracterização

Gestor da instituição que abrigará o pólo ou pessoa de sua confiança indicada para substituí-lo.

3.6.2. Responsabilidade

Garantir a operacionalidade do pólo, administrando-o localmente de maneira a permitir que o mesmo funcione adequadamente, dentro do que preconiza o Termo de Referência e o planejamento, na Instituição Executora que o abriga.

Deverá acompanhar o desempenho acadêmico dos alunos e aplicar suas respectivas avaliações, em consonância com o Agente de Integração, bem como participar de reuniões periódicas com a coordenação geral do projeto, apresentando relatórios sistemáticos de acompanhamento.

Cabe, ainda, a essa função o acompanhamento do projeto social do aluno, assegurando as condições mínimas que permitam o pleno desenvolvimento do projeto em todas as suas etapas.

3.7. Agente Integrador (ou Agente de Integração, ou Supervisor)

3.7.1. Caracterização

É o elemento de ligação entre o Comitê Gestor e os pólos, atuando como Supervisor do pólo, facilitando o acompanhamento e a avaliação de cada uma das turmas.

3.7.2. Responsabilidades

O Agente Integrador, conforme caracterizado acima, servirá de ponte de comunicação entre os pólos e o Comitê Gestor, compondo o Grupo Gestor Local e participando de reuniões com a equipe de coordenação geral para avaliação e acompanhamento. Durante a Fase Piloto do Projeto, o Supervisor ficará responsável por quinze turmas, devendo acompanhar o desempenho do Agente Jovem (monitor bolsista), interferindo quando necessário e articulando, com este e o Responsável Local, o processo de acompanhamento do desempenho acadêmico dos alunos e aplicação das respectivas avaliações. Ao participar de reuniões periódicas com a coordenação geral do projeto, deve apresentar relatórios sistemáticos de seu trabalho. Compete também ao Agente Integrador orientar a definição dos Projetos Sociais a serem desenvolvidos pelos alunos do **e-Jovem** durante os Módulos 1 e 2, garantindo sua apresentação, execução e finalização.

3.8. Agente Jovem (Monitor bolsista)

3.8.1. Caracterização

Trata-se de um monitor selecionado entre candidatos universitários e que demonstre ter o perfil adequado para a função a ser exercida, e remunerado através de bolsa do Estado.

3.8.2. Responsabilidades

O Agente de Integração terá um papel com bastante significância, pois apoiará o aluno em sala, sendo um facilitador da aprendizagem e propiciador da integração do grupo, gerando um ambiente de construção coletiva. As parcerias firmadas com as Instituições de Ensino Superior facilitarão o processo, alocando monitores a fim de atuarem na sala de aula com os alunos em EAD.

Também é sua responsabilidade realizar um papel de organizador dos trabalhos propostos na turma sob sua responsabilidade, assim como de orientador e facilitador da aprendizagem, atuando de maneira presencial nos cursos ofertados.

É importante que o Agente Jovem (monitor bolsista) entenda que seu trabalho não é o de professor, uma vez que o Projeto é de EAD e baseado nos

princípios da auto-aprendizagem, o que pressupõe o desenvolvimento da autonomia do aluno. A atuação do Agente Jovem deve ser de tal forma que se limite à orientação e acompanhamento do trabalho realizado no laboratório e no ambiente virtual, com suas respectivas avaliações, não lhe cabendo esclarecer dúvidas de conteúdo e/ou ensinar as disciplinas aos alunos.

3.9. Aluno

3.9.1. Caracterização

É o aluno ou o egresso Ensino Médio, em busca de sua qualificação profissional, visando mudanças de práticas profissionais e responsável pela organização de seu estudo. Conta com um monitor³¹, facilitador de sua aprendizagem, e com o apoio da tecnologia para favorecer a comunicação com seus parceiros de curso, via chat, fórum, biblioteca virtual, sites.

Os alunos de cada pólo terão Representantes no Grupo Gestor Local, que participarão das reuniões periódicas de avaliação e aperfeiçoamento das turmas e do pólo.

3.9.2. Responsabilidades

Assumir uma postura responsável perante o projeto (assiduidade, aprendizagem) e desenvolver um projeto social no seu entorno, supervisionado pelo Responsável Local do seu pólo.

4. Quando

4.1. Protótipo do Projeto: início em 24/09/2007

4.2. Projeto Piloto: início previsto pra 03/03/2008

5. Onde

5.1. Coordenação Geral: SEDUC/SECITECE

³¹ Agente Jovem.

5.2. Pólos de Execução: Escolas de ensino médio da rede pública estadual e associações comunitárias³².

6. Etapas para a Implantação do Projeto

- Protótipo do projeto;
- Financiamento do projeto;
- Formação do Núcleo Gestor SEDUC/SECITECE;
- Licitação para contratação do Software das disciplinas para EAD;
- Estabelecimento das parcerias;
- Seleção das Escolas;
- Adequação das escolas para receberem os laboratórios e a plataforma;
- Estabelecimento dos critérios para seleção dos alunos;
- Seleção e treinamento dos monitores;
- Criação do portal;
- Instalação de equipamentos e servidores;
- Formação de uma equipe técnica e ética para o projeto;
- Formação de uma equipe de orientação do Projeto Social;
- Acompanhamento pela equipe de técnicos da SEDUC/SECITECE;
- Avaliação.

7. Anexos

³² Ver Anexo IV.

Anexo I

Educação a Distância

Dentre os princípios que norteiam atividades de EaD (Educação a Distância), estão: auto-aprendizagem; autonomia do aluno sobre o tempo e o conteúdo; não-dependência de professores presenciais; ênfase no resultado e não na presença física; não exigência de “chamada”; possibilidade dos estudos serem efetuados em qualquer local ou ambiente onde haja computador e Internet etc.

Com relação ao e-Jovem, parcela considerável das atividades propostas e algumas já realizadas no Protótipo do Projeto e, agora, a se realizarem no Projeto Piloto, foge a alguns dos referidos princípios, uma vez que: a) é exigida a presença física do aluno; b) há aulas com hora marcada e carga horária estabelecida; c) é feita “chamada”; d) o aluno não dispõe de liberdade para efetuar seus estudos fora do laboratório de informática; e) existe certa dependência da ajuda do Agente Jovem (monitor bolsista); etc.

Por outro lado, o e-Jovem se afirma parcialmente sobre fundamentos de EaD, estando o fato não só registrado de maneira enfática no Termo de Referência, mas também já profundamente arraigado na percepção de todos que trabalham e estudam no Projeto, sendo esta uma das razões pelas quais é estabelecido, por exemplo, que a responsabilidade pela aprendizagem é do estudante (ou seja, a metodologia é de auto-aprendizagem), que por essa razão o monitor não deve assumir a condição de professor, entre outras orientações.

Entretanto, a concepção do Projeto, assim como sua execução prática, requer elementos TAMBÉM de Educação Presencial. Em face disso, optou-se por pela adoção de uma EaD com metodologia “semipresencial”, o que é justificado, entre outros fatores, pelo caráter interacionista e de socialização que o projeto quer imprimir em seus participantes.

OBS: Importante lembrar que, na avaliação e seleção de materiais didáticos para o e-Jovem, o que faz um material ser genuinamente de EaD é a sua capacidade de produzir a auto-aprendizagem e de permitir e construir a autonomia do usuário, e não o simples fato de estar on-line ou ser acessado à distância.

Anexo II

Lógica da Língua Portuguesa e da Matemática

O péssimo desempenho dos estudantes brasileiros, tanto de escolas públicas quanto particulares, nos exames internacionais de Leitura, Matemática e Ciências, entre outras áreas, descortina a qualidade educacional sofrível do país frente ao perfil mundial, o que nos põe até mesmo em posição inferior ao de nossos pares mais pobres da América do Sul.

Curiosamente, se for feita uma comparação entre o conteúdo “oficial” ensinado na grande maioria das escolas brasileiras, quase nada fica a dever ao de países desenvolvidos, havendo, outrossim, casos em que os conteúdos escolares brasileiros chegam, teoricamente, a suplantar o de muitas escolas norte-americanas e européias.

Numa avaliação rápida e superficial, poder-se-ia concluir que o problema de estarmos entre os piores do mundo não estaria, necessariamente, no tipo de conteúdo trabalhado – pelo menos, não apenas nisso.

A experiência e as pesquisas vêm demonstrando, ao longo do tempo, mas lamentavelmente sem peso suficiente para causar mudanças substanciais, que a maior parte do problema está numa infeliz conjunção de fatores negativos, dentre eles a freqüente desconsideração pelos estágios de desenvolvimento cognitivo; políticas escolares equivocadas; educação mercantilista e massificada na iniciativa privada; conteúdos descontextualizados e sem significância; limitadores sociais e culturais; ausência de contrapartida das famílias (educação doméstica deteriorada); distância entre discurso pedagógico e sua prática; professores, eles mesmos, ao mesmo tempo vítimas e reprodutores de uma educação equivocada e de um ambiente aculturado; confusão entre os conceitos de transmissão/acesso à informação e construção de conhecimento; formas equivocadas de abordagem dos conteúdos; ênfase num ensino “conteudista” em detrimento de uma educação para o pensar; entre outros fatores.

Dentre as lacunas percebidas que há décadas vitimam o estudante brasileiro, pode-se citar como uma das principais o “ensino” da Língua Portuguesa e da Matemática enfatizando conceitos e operações sem a garantia prévia de aprendizado da LÓGICA que norteia essas duas linguagens.

Por exemplo, aprende-se a fazer contas de somar, mas não se entende a lógica da soma. Muita gente sabe a tabuada e faz multiplicações, porém não compreende a lógica da soma que explica a multiplicação. Pode-se, então, aprender a fazer, mecanicamente, cálculos matemáticos, mas a não-compreensão da lógica por trás deles inviabiliza o indivíduo a aplicar o tipo certo de cálculo aos problemas diversos que se lhe apresentam. Se não fosse assim, qualquer pessoa com uma máquina de calcular resolveria qualquer problema de matemática. Lacunas desse tipo conduzem a problemas mais sérios que afetarão a vida daquela pessoa em vários sentidos, mesmo que a vítima não identifique com clareza a origem de seus problemas.

Não é possível se entender um mapa geográfico sem que se tenha passado por um entendimento prévio da lógica das escalas e dos ângulos; mas escalas e ângulos jamais farão sentido para um aluno se este não tiver apreendido com absoluta clareza a lógica matemática das medidas no sistema métrico, assim como a compreensão das distâncias aliada ao domínio da geometria básica e de instrumentos como régua, esquadros, transferidores, escalímetros e afins. De semelhante modo, como entender a planta de uma casa sem que antes se aprenda a lógica prática da geometria e da localização espacial? Poder-se-ia indagar, ainda: de que adianta resolver uma equação do 1º ou do 2º grau, sem que haja compreensão de em que elas se aplicam?

Quantos alunos são levados por seus professores a perceber, por exemplo, que a raiz quadrada de um número é apenas uma forma mais elaborada de se fazer divisão? Ou que potenciação não passa de uma multiplicação mais elaborada? Poucos, muito poucos. Com a perpetuação de carências lógicas desse tipo, em nosso país assistimos à formação crescente de autômatos, capazes – mas nem sempre – de fazer contas e saber regras, mas com extrema dificuldade de pensar, de fazer perguntas, de articular idéias, de construir e interligar conhecimentos; preocupados com notas e em passar de ano, e tendo seus equívocos nutridos pelo próprio sistema educacional, uma maioria cresce destituída dos elementos mentais básicos que a capacitaria para uma cidadania plena.

Em se tratando da Língua Portuguesa, a situação não é diferente. Passa-se toda a vida estudantil se memorizando regras ortográficas e gramaticais, porém poucos se importam com o porquê das regras. Se o aluno for levado a pensar sempre sobre o porquê das regras, ele vai entender que existe uma lógica. E, entendendo a lógica, dominará as regras. Note-se que o caminho da aprendizagem e domínio da língua é justamente o inverso daquele que costumamos encontrar nas escolas, imposto pelos próprios professores – aliás, pergunta-se: será que eles/nós conhecemos tal lógica, para que possam/possamos ensiná-la?

As lacunas de compreensão da lógica da Língua Portuguesa tem ajudado a construir uma cruel realidade, onde muitos professores que sabem medicina, direito, engenharia, biologia, história, matemática, geografia etc., em geral não têm leitura crítica para expressar seus conhecimentos. Então, de que adianta as informações apreendidas nessas mais diversas áreas, se sua aplicação é inviabilizada?

Costuma-se alegar que o problema está nos estudantes, que não gostam de ler. Como solução, dão-lhes um grande número de livros, que na prática traduz-se num investimento em volume de leitura, contudo sem que se avalie o nível de interpretação alcançado. Então, os livros acabam por contribuir pouco para a condição de produção de sentido por parte dos leitores.

Regras ortográficas e gramaticais não podem ser um fim em si mesmo – se o aluno demonstra conhecê-las, é promovida, ainda que seja um analfabeto funcional. Que terríveis impactos lacunas como essas têm causado na vida de tantos, que apenas seguiram o sistema de ensino vigente? Os exames do SAEB e do PISA dão uma idéia de até onde podemos chegar.

O cerne da Língua Portuguesa nas atividades escolares deveria ser, isto sim, a capacidade de os professores das diversas disciplinas formarem leitores de alto nível, que exijam os melhores textos. Mas cada professor só será capaz de formar leitores de qualidade na medida em que ele também for um leitor desse nível, a partir de quando ele conhecer a lógica da linguagem, da Língua Portuguesa, e torná-la seu instrumento básico de trabalho.

Diante do exposto, é fundamental que os critérios para a estrutura e do conteúdo dos materiais utilizados no e-Jovem garantam o que explicita o Termo de Referência, isto é, que a teoria e os exercícios sejam construídos e aplicados considerando-se, realmente, a **LÓGICA** da Língua Portuguesa e a

LÓGICA da Matemática. Com isso queremos dizer que os materiais sejam avaliados e selecionados levando em consideração que trabalhem a compreensão dos princípios lógicos destas duas linguagens, construindo os alicerces estruturais do raciocínio no cérebro do aluno.

Não devem ser aceitos materiais que apenas abordem, num formato eletrônico, os conteúdos escolares e tradicionais de Português e de Matemática. Observar que estes são aspectos bem distintos e que precisam ficar muito bem delineados, sob risco de mais adiante haver comprometimento da própria concepção do projeto.

Todas as disciplinas se estruturam por uma lógica que está na linguagem – e tanto a Língua Portuguesa quanto a Matemática se constituem em linguagens que nos são indispensáveis, seja para compreender, seja para expressar a nós mesmos e ao mundo que nos cerca. Se essa lógica for compreendida, aí sim, o ensino tornar-se-á muito mais eficaz, ainda mais trazendo o benefício de mostrar ao aluno que as diversas disciplinas se integram, que o conhecimento não é compartimentalizado, mas um só, um todo holístico e sistêmico que permeia todos os saberes. Sem isso, as percepções de interdisciplinaridade e transversalidade continuarão a ser apenas tentativas artificiais de despertar, quando o sono está, na verdade, em outros patamares³³.

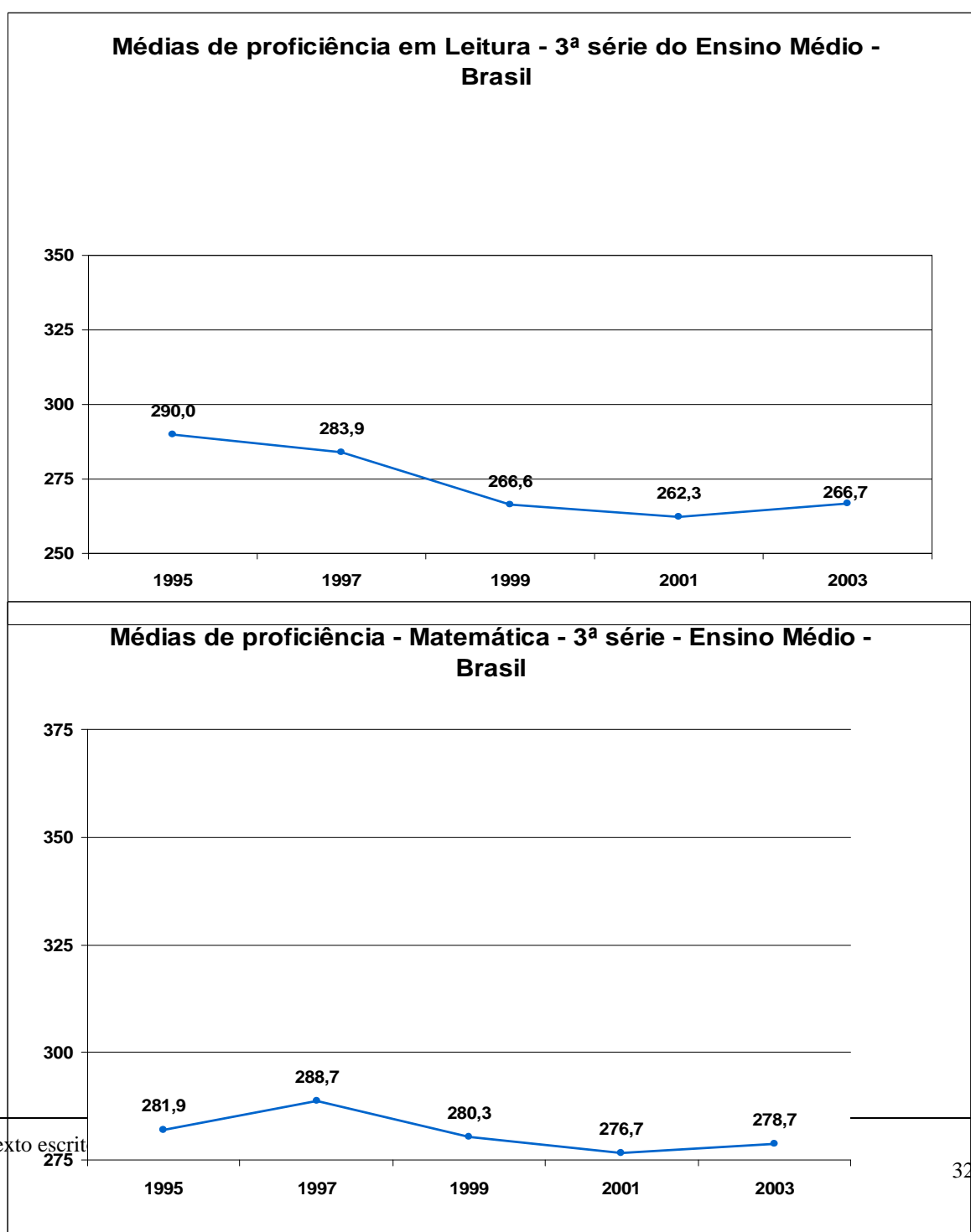
"As inteligências dormem. Inúteis são todas as tentativas de acordá-las por meio da força e das ameaças. As inteligências só entendem os argumentos do desejo: elas são ferramentas e brinquedos do desejo".

Rubem Alves (Cenas da Vida).

Anexo III

Gráficos do levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB em 2005.

Fonte: <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/default.asp>.



Anexo IV – Relação dos 34 Pólos (Escolas Estaduais) do e-Jovem – Projeto Piloto

(IV.1) Fortaleza (Capital) – 14 pólos

	Órgão	Escola	Regional	Endereço	Contato
1	SEFOR	EEFM César Cals	4ª região	Av. Domingos Olímpio, 1800 - Farias Brito	31012379 (Sebastiana Gonçalves)
2	SEFOR	EEFM Hilza Diogo	5ª região	Av. I, 1040Av. I, 1040 - Vila Velha	32851341 (Liliane de Negreiro)
3	SEFOR	EEFM Pe. Rocha	2ª região	Av. Cel. Alves Teixeira, 525 - Joaquim Távora	31015075
4	SEFOR	EEFM Barbara de Alencar	6ª região	Rua Pedro Rufino, 38 - Mucuripe	31017071 (Tereza Nonata)
5	SEFOR	EEFM Antonieta Siqueira	3ª região	Rua Guarani, 04 – Pici	31015673
6	SEFOR	EEFM Félix Azevedo	3ª região	Rua Mons. Furtado 757 - Rodolfo Teófilo	32834535
7	SEFOR	EEFM Figueiredo Correa	4ª região	Rua Marechal Deodoro, 733 Benfica	31012387 (José Nildo)

8	SEFOR	EEFM Jenny Gomes	4ª região	Av. Borges de Melo, 210 - Aeroporto	31012166/99599721 (Nengiza Gonçalves)
9	SEFOR	EEFM Ubirajara Índio	4ª região	Rua 751, s/n - 3ª Etapa - Conj. Ceará	32942758
10	SEFOR	EEFM César Campelo	5ª região	R. 529, S/N 2ª Etapa IPEC - Conj. Ceará	32945228
11	SEFOR	EEFM José de Alencar	6ª região	Rua Veneza, 84 - Messejana	
12	SEFOR	EEFM Luiza Távora	6ª região	Rua Frei Caneca, 379 - Jardim das Oliveiras	31012076
13	SEFOR	EEFM Hermenegildo Firmeza	6ª região	Rua Gabriel Fiúza, 360 - Vila Peri	32923205
14	SEFOR	EEFM Tecla Ferreira	6ª região	Rua Francisca Bezerra, 417 - Sapiranga	31017803

(IV.2) Interior – 20 pólos

	Crede	Escola	Município	Endereço	Contato
1	Maracanaú	EEFM Tem. Mário Lima	Maracanaú	R. Francisco Firmino, s/n - Centro	33713001/88515653
2	Itapipoca	Col. Est. Joaquim Magalhães	Itapipoca	R. Pergentino Araújo, s/n - Centro	88 36310267/

3	Acaraú	Liceu M ^a Alice Ramos Gomes	Acaraú		88 36614011/4482
4	Camocim	Liceu de Camocim Dep. Murilo Aguiar	Camocim	R. Dr. Luiz Gonzaga de Araújo, s/n	8836211028
5	Tianguá	Liceu José Ní Moreira	Tianguá	R. Zeni, s/n, Bairro Santo Antonio	8836711798
6	Sobral	Liceu de Sobral D. Valfrido Texeira Vieira	Sobral	AV. Paulo Sanford, s/n - Parque Silvana II	88 36774295/88042023
7	Canindé	EEM Frei Policarpo	Canindé	R. João Bastos, 2027 - Alto Guaramiranga	88 33430779
8	Baturité	EEFM Almir Pinto	Aracoiaba	R. Santos Dumont, 363 s/n -	85 33375694/99693847
9	Horizonte	Liceu M ^a Dolores de Alcântara	Horizonte	AV. Juvenal de Castro, 645 - Centro	85 99899619
10	Russas	EEFM Beni de Carvalho	Aracati	R. Beni de Carvalho, 1672 - N. Sra. de Lourdes	88 34211468/34462605
11	Jaguaribe	EEFM Cornélio Diógenes	Jaguaretama	BR 116, Km 300 - Cruzeiro	88 35221231/1995
12	Quixadá	Liceu de Quixadá Maria Cavalcante Costa	Quixadá	R. Tem. Cravo, 2990 - Jardim dos Monólitos	88 34124014/88039239

13	Crateús	Liceu de Crateús Manuel Mano	Crateús	R. Júlio Lima, 219 - Fátima II	88 36923528/99685091
14	Senador Pompeu	Liceu de Sen. Pompeu Marcionílio G. de Freitas	S. Pompeu	R. Aderaldo Mano, s/n - Centro	8834490366
15	Tauá	Liceu de Tauá Lili Feitosa	Tauá	Av. Jornalista Elder Feitosa, s/n - Colibri	88 34372412/99681507
16	Iguatu	Liceu de Iguatu Dr. José Gondim	Iguatu	R. 25 de Março, s/n	8835819476
17	Icó	CERE - Pe. José Alves de Macêdo	Icó	R. Fco. Caetano Dantas, s/n - Centro	88 33615550/99574516
18	Crato	Liceu - Crato	Crato	Rua Francisco Pianco Leite, s/n - Seminário	8831021290
19	Juazeiro	Liceu Aderson Borges de Carvalho	Juazeiro	Av. V. Teixeira de Carvalho, s/n - Vaquejada	88 35717931/92710262
20	Brejo Santo	Liceu Prof. José Teles de Carvalho	Brejo Santo	Av. Ant ^o Florentino Araújo, 800 - São Francisco	88 35314830/99225591

Anexo V

Requisitos de infra-estrutura para os Pólos

Anexo VI

Descrição dos Projetos Sociais

Anexo VII

Definições de conteúdo por disciplina (Módulo 1)